

-----**ACTA Nº 1/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5 DE JANEIRO DE 2009**-----

-----Aos cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Verificou-se a assistência de público e da imprensa. -----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - O Senhor Presidente perguntou à assistência se havia alguém que quisesse usar da palavra.-----

-----Usou da palavra o Senhor Manuel Lucas que desejou um bom ano, com saúde e paz, saudou todo o executivo e apresentou os parabéns pela pintura da ponte da Vala Real, alertou para a falta de mosaicos na ponte do rio Tejo, na parte pertencente a Almeirim, deixou a sugestão para colocar uma caixa de correio no edifício da Câmara, alertou para a substituição das lâmpadas fundidas nos semáforos, que a sarjeta frente ao Banco BANIF fosse desentupida, que nas traseiras dos prédios construídos pela Câmara sitos na Rua dos Aliados, fosse revisto, pois o pavimento apresenta buracos e que o plástico que cobre o tapete de salto à vara, na Zona Norte, fosse colocado no seu lugar.-----

-----A Senhora Maria Dias que pediu ajuda para retirar o ninho de cegonha que se encontra na chaminé da sua casa, dado que já

tem autorização por escrito da entidade competente para a sua remoção e solicitou ainda que seja colocada uma pirâmide de forma a impedir nova edificação, uma vez que as cegonhas lhe estragam a moradia, pois entopem os algerozes provocando inundações na habitação.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos disse que a Senhora deve contratar a firma André Neves Dias (irmão da referida senhora) e solicitar ajuda com uma grua, (propriedade da firma) repartindo assim os trabalhos a efectuar. A Senhora Maria Dias contacta a grua, os funcionários da Câmara retiram o ninho existente e colocam uma armação em ferro na chaminé de forma a impedir nova edificação.-----

-----Às quinze horas e quinze minutos entrou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que a cegonha terá tendência para voltar ao mesmo sítio. Deveria ser construída na zona uma plataforma alta com pé de sustentação, para tentar afastar a cegonha da chaminé.-----

-----Acrescentou que a falta de uma escada que chegue a andares superiores ao segundo, é uma necessidade, e deveria apoiar-se os Bombeiros para adquirirem este equipamento. -----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que o investimento numa escada ronda os quarenta mil contos, na antiga moeda e que segundo o Comando dos Bombeiros não é considerado um investimento prioritário, até porque a Protecção Civil vai funcionando em rede e existem três corporações próximas com escada: Santarém, Cartaxo e Coruche. Existem outros equipamentos que tem prioridade sobre a escada.-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha que leu a intervenção que a seguir se transcreve, cuja cópia da mesma me entregou: " Nesta primeira reunião do ano de dois mil e nove quero desejar, em nome da CDU e em meu nome próprio, um bom e feliz ano de dois

mil e nove a todos os presentes e aos seus familiares, com muita saúde e paz. Faço ainda votos para os Governantes deste País e os elementos deste Executivo saibam e queiram cada um a seu nível, tomar as medidas adequadas e necessárias para atenuar e inverter a crise que está a asfixiar o nosso País e o nosso Concelho, e a empurrar para a miséria e para a tristeza milhares de famílias. -----

-----As medidas a que me refiro e que os Portugueses nomeadamente os Municípios deste Concelho esperam e desejam não são obviamente algumas esmolas e remendos de curta duração aos quais já nos habituamos em anos eleitorais. São medidas de fundo que venham estagnar a hemorragia da crise e pôr fim à paralisia geral na qual nos encontramos, verdadeiros balões de oxigénio para o presente e futuro. Para isso é urgente a tomada de opções e a definição de estratégias que canalizem os recursos do País e do Concelho para um desenvolvimento duradouro, que promova o bem estar da população em geral e em particular das camadas mais fragilizadas (idosos, desempregados, famílias de baixos rendimentos, os pequenos comerciantes e empresários e tantos outros).-----

-----O que se pretende é que se ponha fim uma vez por todas à opção de canalizar de forma prioritária os recursos do País e do Concelho para a protecção dos interesses de alguns, em particular dos grandes grupos financeiros. -----

-----Os partidos que compõem a CDU (PCP e Verdes) tudo farão a nível nacional e local para relembrar esta prioridade para findar não posso deixar de desejar neste início de dois mil e nove, tal como fiz em dois mil e oito e em anos anteriores, (se bem que sem sucesso) que os princípios de uma gestão sã convivência democrática venham a penetrar na forma de estar e no espírito dos Autarcas do Partido Socialista. -----

----- Gostaria de deixar aqui um aviso ao Senhor Presidente relativo ao teor de outro Aviso que mandou publicar no Diário da República de vinte e seis de Novembro de dois mil e oito, sob o número vinte e oito mil trezentos e doze, barra dois mil e oito,

para que sito: "Proceder à abertura de um período de discussão publica da construção do Estabelecimento Prisional de Vale do Tejo"... "O cidadãos interessados dispõe de prazo de quinze dias, passados que sejam oito a contar da data da publicação do aviso do Diário da Republica para consultarem o processo e colocarem quaisquer questões que entendam dever ser consideradas".-----

----- Pretendo, dizia eu, avisa-lo que: Se a "trapalhada" é uma estratégia vulgarmente utilizada para baralhar as pessoas, fica a saber que muita que seja a confusão no processo de decisão tanto a nível local como a nível nacional (ou por incompetência, ou por estratégia ou por ambas as coisas) no caso da dita prisão - há quem não perca o norte neste processo, por isso aconselho o Senhor Presidente a respeitar a diversas fases previstas para a participação dos cidadão em matéria de alterações do PDM previstas no Decreto-Lei número trezentos e oitenta barra noventa e nove de vinte e dois de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número trezentos e dezasseis barra dois mil e sete de dezanove de Setembro no que diz respeito à participação dos cidadãos em matéria de gestão territorial. E considero como membro deste Executivo que o dito Aviso número vinte e oito mil trezentos e doze barra dois mil e oito refere-se à participação prevista no número dois do Artigo setenta e sete, ficando ainda por cumprir a fase de participação prevista no número quatro do mesmo Artigo - isto é a discussão pública. -----

----- Gostaria que para a próxima reunião me informasse da data e do jornal em que foi publicitado a segunda parte dos subsídios atribuídos às Associações no ano de dois mil e sete.-----

----- Aconselhe-os a apagar as luzes logo após as feiras mensais e não as deixassem sistematicamente acesas dias a fio, após as ditas feiras, como tem acontecido. -----

----- Volto a repetir ao Vereador Pedro Ribeiro que ainda não me entregou o Parecer da CCDRLVT relativo à limpeza da Ribeira de Muge solicitado em Julho, quando da discussão deste problema e que o mesmo Vereador afirma ter na sua posse. E já agora também o protocolo com a Microsoft e em que reunião foi a deliberação e

a aprovação deste protocolo.-----

----- Gostaria por fim de saber as razões pelas quais se saltou uma reunião de Câmara ordinária de vinte e nove de Dezembro, isto sem que nenhum Vereador tenha sido avisado previamente.--

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte intervenção cuja cópia da mesma me entregou e que transcrevo: "Em meu nome desejo um bom ano para todos os Almeirinsenses. Que dois mil e nove seja um ano de mudanças profundas para melhor e bem de todos os Almeirinsenses.-----

----- Trabalhadores da extinta ALDESC,em. É UMA VERGONHA! De facto, não me identifico, minimamente, com esta gente, tenho vergonha de pertencer a este Executivo. Isto são actuações sucessivas que só podem ter por filosofia a incompetência, a pequenez e a "má-fé". Não vou comentar a caprichosa, impensada e desnecessária extinção da empresa municipal ALDESC. Pelo menos podiam ter pensado nas consequências e encontrado atempadamente soluções para as minimizar. Recordo que: primeiro - Não está a ser cumprida a decisão da Assembleia Municipal de Almeirim, que decidiu, nos termos legais, a integração dos trabalhadores nos quadros da Câmara Municipal de Almeirim; Segundo - Não foi cumprida a decisão, nos termos da lei do inspector do trabalho, que já teve intervenção neste processo, a pedido dos trabalhadores. A Câmara de Almeirim vai ser, se é que não foi já, notificada pela IGT para assumir todos os trabalhadores da extinta empresa, com base no artº trezentos e dezoito do Código de Trabalho. A Inspeção-Geral de Trabalho, em articulação com a IGAL, não tem qualquer dúvida sobre a matéria e disso já deu conhecimento ao Sr. Vereador Pedro Ribeiro. Após a notificação, a Câmara cumpre ou não cumpre, se não cumprir o processo será remetido a Tribunal. Espero que não, a Câmara já tem processos de sobra e pode aproveitar esta oportunidade para restabelecer a legalidade no processo. Como devem calcular, recebo regularmente denúncias, na sua grande maioria anónimas e nunca procedi à publicação de nenhuma. Desta vez recebi a dramática comunicação

de uma funcionária da ALDESC que, com a sua permissão vou publicar, que me faz sentir muito incomodado por ter que privar com gente desta laia. À funcionária quero manifestar o meu total apoio e solidariedade, sei que deve estar a atravessar momentos muito difíceis, mas não desanime, é muito nova e eu acredito, que ainda estamos num estado de Direito. Levarei este assunto à Reunião Pública de Câmara do próximo dia cinco, responsabilizando desde já os Srs. Presidente e Vice-presidente da Câmara pelo que já sucedeu, mas sobretudo pelo que vier a suceder perante tamanha irresponsabilidade. Comunicação recebida, por email a dois de Janeiro de dois mil e nove: -----
----- Olá, boa noite. Sou a Joana Pernas, funcionária da ALDESC há já sete anos no Pelouro do desporto da C.M.A. como Téc. Aux. Educação Física....acho que já deve estar a ver quem sou. Peço desculpa por esta abordagem, mas só hoje tive oportunidade de visitar o seu tão falado blogue! tão falado...pelos funcionários da ALDESC! Por isso só agora me apercebi que já devia ter comunicado consigo há mais tempo.....afinal de contas, parece-me que é a pessoa que está mais por dentro de todo o sofrimento e injustiças que esta Câmara tem, tão bem, proporcionado aos seus próprios funcionários de longos anos. A mim, toda a gente me diz».....ai Joana, tás tão magra!«...tás com tão má cara!«...» tás doente!«.....E a minha vontade é responder: Perguntem ao vosso Presidente de Câmara e Vice-Presidente o que me estão a fazer! Trabalho para o Concelho de Almeirim há sete anos, terra onde nasci e fui criada e de que até então sempre me orgulhei! Ribatejana de gema! Sempre trabalhei com todo o meu afinco e dedicação porque tenho a sorte de adorar o que faço! E agora... no dia 19 de Dezembro recebo, como todos os funcionários e juntamente com o ordenado, uma carta que nos informava que a ALDESC iria ser extinta e que iríamos cessar as nossas funções a 31 de Dezembro do presente ano. Qual foi o meu espanto quando juntamente com o meu ordenado vinha uma indemnização supostamente pelos meus anos de trabalho na referida empresa. Ora.....eu nem uma carta de despedimento recebi da ALDESC!

Apenas recebi um ofício da Câmara Municipal de Almeirim a dizer que fui excluída do concurso a que me propus para o meu próprio lugar!!! Bem, que coisa bonita! Passo de efectiva a despedida! Quando o meu direito e o de todos os meus colegas é de passar automaticamente para o quadro de efectivos da C.M.A.! Eu sou uma pessoa honesta e sincera, como tal detesto injustiças...por isso juntamente com pouquíssimos colegas fizemos uma denúncia para a Inspecção-geral de Trabalho, e já estão a actuar há algum tempo, a lutar por aquilo a que temos direito. Acontece que hoje, dia 2 Janeiro 2009 ainda ninguém me adiantou nada.....dia 5 de Janeiro, segunda-feira vou cumprir o meu horário, dar as minhas aulas e sei que já há alguém contratado, ilegalmente, para o meu lugar que tem ordens para cumprir o meu horário desde esse mesmo dia!!! E agora? Os meus alunos nas escolas vão ter 2 professores? Os meus alunos das piscinas vão ter 3 professores? Os meus alunos da hidroginástica vão ter 2 professores? Bem...esta Câmara está a viver muito bem! Agora, o Sr. Inspector que está encarregue do caso disse-me para eu me apresentar ao serviço no tal dia 5 e que, se alguém me impedir de trabalhar, para eu o informar para ele actuar diante da Câmara! Resumindo e concluindo, eu não consigo mesmo ganhar peso e ter boa cara, porque a Câmara Municipal de Almeirim quer me retirar o meu ganha pão!! Peço desculpa pelo grande desabafo!!:) Só tenho pena de não poder mandar este email a toda a gente!!! Gostaria de tornar isto público, mas como deve calcular tenho receio de dar a cara! Até porque espero continuar o meu trabalho! Espero que compreenda a minha situação.....AH...e se se lembrar de alguma maneira de eu dar a conhecer toda esta situação sem saberem realmente que fui eu, não hesite em contactar-me! Muito obrigado por me "ouvir"! E obrigado por divulgar esta situação no seu blogue!! Muito obrigado. Com os melhores cumprimentos. Joana Pernas -----
----- Este texto diz tudo por si só, aconselho os Srs Vereadores com pelouros e maioria neste Executivo a ter alguma vergonha e

remediarem imediatamente esta situação e eventualmente outras que desconheço.-----

----- O mesmo Autarca referiu também que na Assembleia Municipal de trinta de Dezembro de dois mil e oito, e tendo em conta que a Senhora Deputada Municipal Dra Maria Bernardina do CDS/PP, na Assembleia Municipal de trinta de Dezembro de dois mil e oito, inquiriu o senhor presidente da câmara municipal sobre a notícia de que um empresário da área turística, pretendia adquirir a área florestal da Herdade dos Gagos para implantação de um investimento turístico-ambiental de qualidade. Tendo em conta informações de particulares da zona contactados no mesmo sentido, venho requerer que me seja informado o seguinte: Teve o senhor presidente da câmara municipal alguma reunião, com alguma entidade, sobre este investimento de requalificação ambiental com base em construções para turismo de qualidade a implantar nesta área em substituição do seu projecto de cadeia? Se, de facto, teve, consigo imaginar o contexto. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício requereu nos termos da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho. Artigo 20.º - Protecção penal. Os eleitos locais gozam da protecção conferida aos titulares dos cargos públicos pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65/84, de 24 de Fevereiro. Artigo 21.º - Apoio em processos judiciais constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos. Entrego, pois, a Vª Exª os documentos respeitantes aos honorários que devem ser pagos ao advogado a que recorri para solicitar a nulidade das deliberações de vinte e dois de Setembro e de seis de Outubro da Câmara Municipal de Almeirim acerca da emissão de pronúncia sobre a pretensão formulada pela Administração Estadual de suspender parcialmente o PDM de Almeirim, com vista à construção de um estabelecimento prisional. Esta queixa foi apresentada ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria,

solicitando a nulidade do acto, face às inúmeras ilegalidades cometidas.-----

---- O mesmo Autarca referiu ainda e de acordo com a noticia inserta no último jornal do Ribatejo " Muitos elementos da GNR de Almeirim estão indignados por as viaturas novas atribuídas ao posto serem distribuídas por outros quartéis do distrito de Santarém. "Sentimo-nos inferiorizados e desmotivados com esta situação, que acaba por afectar a nossa capacidade operacional". Em face desta situação que medidas tenciona a Câmara tomar para garantir a segurança pública das pessoas e dos seus bens no nosso Concelho? -----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu-se à Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho e acrescentou que tomou conhecimento, através da imprensa, de novas ideias para o Parque das Laranjeiras. Antes de dar entrevistas sobre a matéria, não seria sua obrigação informar este Executivo? Já nem me refiro ao aspecto legal, invoco, simplesmente, a boa educação."-----

-----Relativamente à situação do pessoal da Aldesc e mais concretamente sobre o facto que o Senhor Vereador Francisco Maurício referiu, o Senhor Vice-Presidente informou que aguarda a conclusão do parecer da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo sobre a obrigação ou não de admitir os funcionários e se houver alguém com essas responsabilidades, ou o jurista da Câmara ou o Responsável pelos Recursos Humanos que diga, é para integrar, é o primeiro a aplaudir, por si, tudo bem, não sabe se a Inspeção Geral do Trabalho conta, mas uma coisa tem a certeza, que a Secretaria Estado Administração Local conta, ai isso conta.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos desejou em seu nome e em nome do PSD um bom ano a todos, melhor do que o anterior. Referiu que a onda de impacto financeiro vai afectar todos este ano. Fez um voto de esperança e lembrou que pediu ao Senhor Presidente que pretendia conhecer um rol de processos

judiciais, e até esta data está à espera dos documentos. A exemplo disso está o concurso de Veterinário Municipal, os processos de avançados, mapa de pessoal da ALDESC, entre outros, Espera que até ao final do mandato possa ter acesso aos documentos. Referiu que a extinção da Aldesc, EM foi registada na Conservatória Registo Comercial de Alpiarça e pergunta quais as dificuldades que a Conservadora de Almeirim apresentou. Acrescenta, que quer solidarizar-se com a situação que acabou de ouvir relativamente ao pessoal da ALDESC e parece-lhe que os membros do Partido Socialista foram os primeiros a tirar para o caixote do lixo os funcionários. Aguarda pelo envio das actas da Comissão mista de acompanhamento do PDM, por isso, faz votos que o Senhor Presidente faça um esforço e que dê o exemplo em favor da democracia.-----

-----Saíndo do plano político o mesmo Autarca chamou a atenção para a recuperação que está a ser feita do edifício do Instituto da Vinha e do Vinho e alertou que o mesmo edifício não tem portas e como está ao lado dos Charquinhos, representa um perigo para os que circulam naquela área.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, entregou o requerimento que abaixo se transcreve, e solicitou o seu agendamento para a próxima reunião do Executivo: "**Pedro Pisco dos Santos**, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentar a seguinte proposta: **Dos Motivos da Proposta**-----

-----A afirmação do progresso social dos cidadãos numa comunidade, em primeira linha, depende da capacidade individual de tomar de forma livre e consciente, as opções que entender para a definição do seu caminho pessoal, familiar, social e profissional, pelo que compete ao Estado, nas diversas dimensões de estruturação definidas na Constituição da República Portuguesa, garantir que o acesso pleno à educação, como forma

de protecção de um direito fundamental e universal a todos os cidadãos.-----

-----Assente no pilar do direito à educação, a actuação da Administração Central como Local deve-se nortear por princípios que garantam às crianças e jovens o acesso à educação e que não fiquem, independentemente da sua condição económica das suas famílias, impossibilitadas de acesso ao ensino, em qualquer dos seus graus.-----

-----Para o PSD é inadmissível que alguma criança ou jovem “fique para trás” no percurso educacional por motivos económicos, dado que o Município de Almeirim tem a obrigação de acompanhar as suas Famílias e proporcionar os meios de acesso ao ensino.-----

-----Nos dias de hoje, em que a Globalização entra pela nossa porta, as nossas crianças e jovens têm que estar preparados para os desafios que a sociedade naturalmente impõe, e que sentem com maior grau, quando chegam ao mercado de trabalho.-----

-----Se, por um lado, cabe ao Município de Almeirim adoptar as decisões políticas que constituem uma verdadeira resposta social aos interesses da população, estas por si só, não são elemento bastante, é essencial; mas a par disso, o fundamental para o Município de Almeirim e para todos os cidadãos, **é contribuir para a criação de valores como: a coesão e solidariedade social e que todos os cidadãos podem contribuir para a mudança.**-----

-----Vivem-se momentos difíceis em termos económicos e sociais, os quais só poderão ser superados e ultrapassados com o apoio efectivo do Estado, adoptando medidas anti-cíclicas que promovam o desenvolvimento económico. -----

-----**Proposta**-----

-----Este património de princípios e de valores está acima de qualquer perspectiva partidária, porque a essência dos próprios partidos assentam nestes postulados humanistas. O PSD, no quadro legal vigente, pretende adoptar as seguintes medidas, nos tempos que se avizinham:-----

-----Aumentar o valor dos apoios concedidos às Famílias

Almeirínenses que beneficiaram da concessão de bolsa de estudos, caso manifestem e comprovem que a bolsa é manifestamente insuficiente e que se encontra gravemente comprometida a frequência dos jovens no estabelecimento de ensino superior;----

-----Atribuição da Bolsa de Estudo, em termos a definir em Regulamento, para as Famílias, em que um dos membros do agregado familiar, ao ficar desempregado, por forma a não comprometer o ano lectivo dos filhos dependentes;-----

-----Atribuir bolsa de estudo até ao valor de € 1.250 para pagamento de propinas e de livros para os alunos universitários que prestem serviço em instituições de solidariedade social e associações sem fins lucrativos, que visem melhoria das condições sociais, cuidados de saúde, combate ao analfabetismo e fins humanitários;-----

-----a concessão da bolsa de estudo depende da realização de 250 horas de trabalho a favor das entidades que reúnam os requisitos a ser definidos pelo Executivo Municipal, nos termos do ponto ii) da presente proposta;-----

-----a concessão da bolsa de estudo depende da aprovação prévia de um regulamento ou alteração do regulamento vigente sobre a concessão de bolsas de estudo no Município de Almeirim; -----

-----O projecto de Regulamento ou a alteração do Regulamento vigente deverá ser apresentado ao Executivo Municipal até ao próximo dia 31.01.2009." -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha deixou bem claro que a CDU defendeu a extinção da ALDESC pois esta foi um local para colocação de uns amigos e era uma oportunidade que se tornava conveniente, agora foi como o OMO lava mais branco, acaba-se com o que não interessa.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr.

Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel António Pelicano Antunes, processo duzentos e setenta e nove A de dois mil e cinco; Nascente & Poente - Cheche, Jardim de Infância e Casa de Repouso, Ld^a - cento e cinco de dois mil e oito; José Joaquim Rosário Vareta, cento e sete de dois mil e oito; Cristina Isabel Bento Domingos, cento e dezasseis de dois mil e oito; Artur Jorge Caniço Fernandes - cento e vinte e oito de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Batista & Gil, Ld^a - quatro de dois mil e seis; António Rodrigues Martins Carreira - nove de dois mil e um; João Filipe de Viveiros Teixeira - oitenta e um de dois mil e oito; Marília Isabel dos Santos Figueiredo - cento e trinta e três de dois mil e oito.-----

-----4- OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JURI DE PROCEDIMENTOS - Foi presente para apreciação a proposta do Senhor Presidente da Câmara para delegação no Júri dos Procedimentos, das competências que permitem preparar os Processos de Concurso para a fase de Adjudicação que a seguir se transcreve: "Considerando que a legislação em vigor prevê prazos muito curtos, tanto em relação à prestação de esclarecimentos, como para apreciação e aprovação de erros e omissões;-----

-----Considerando que esses mesmos prazos não se coadunam com a possibilidade de realização de reuniões do executivo sob pena de não serem cumpridos esses mesmos prazos;-----

-----Considerando que a adjudicação será sempre competência do executivo e não delegável;-----

-----Conjugando o número dois do artigo sessenta e nove com o número um do artigo cento e nove ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, proponho que sejam delegadas no Júri dos Procedimentos, na fase de concurso, todas as competências atribuídas ao órgão com competências para a decisão de contratar, até à fase de adjudicação, fase esta, em que não haverá competência delegada."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que não vai votar uma proposta que está errada, nomeadamente na invocação no número dois do artigo sessenta e nove, está errado, não sabe o que é que este assunto tem a ver com esta matéria.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada foi a mesma aprovada por maioria com quatro votos a favor da bancada do PS e os votos contra e de vencido dos Senhores Vereadores Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que estão a votar uma proposta errada, dado que o número dois do artigo sessenta e nove está mal evocado, apesar disso o Senhor Presidente da Câmara não considerou e mandou contar espingardas sabendo que as espingardas dele são mais do que as dos outros.--

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia da mesma me entregou e que a seguir transcrevo: "Vamos votar uma proposta que está reconhecidamente errada, o nº 2 do Artº 109 não se enquadra na proposta, mas vamos votá-la na mesma, pois o Sr. Presidente da Câmara mandou "contar espingardas", pois sabe que tem fielmente mais, quer tudo esteja errado ou não. Tanto faz. Enquanto Vereador desta Autarquia não tenho qualquer conhecimento, como acho que deveria ter dos projectos apresentados no âmbito das Águas do Ribatejo, Empresa(?) Intermunicipal que põe e dispõe sem passar cavaco aos eleitos locais, se bem que para pagar a publicidade das obras e afixar os cartazes alusivos tenha visto funcionários da Câmara a fazê-lo e não pertencem ao departamento das águas, nem virão a pertencer. Enquanto Vereador desta

Autarquia não tenho qualquer conhecimento, como acho que deveria ter dos projectos apresentados no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana, Empresa(?) Intermunicipal, criada sobre o joelho, que põe e dispõe sem passar cavaco aos eleitos locais. Tive conhecimento recente, mas pela imprensa, que tinha havido apresentação apressada e atabalhoada de candidaturas por parte da Câmara que, foram, obviamente chumbadas. Então agora vou também a ficar sem saber o que é que se passa com o desenrolar dos nossos Concursos? Era só o que faltava. Suponho que mais esta investida terá a ver com o já famigerado concurso do Centro Escolar de Almeirim, cujo Projecto (outra vez cheio de erros?) suscitou muitos pedidos de esclarecimentos em virtude de erros apresentados. Se tiver que vir a reunião de Câmara outra vez, que venha, devo estar informado do que se passa. Recordo que o autor do projecto é a empresa Diâmetro que já assumiu publicamente os erros pelo primeiro projecto, o que deu origem à anulação do concurso depois de ter sido duas vezes adjudicado. Agora repete mais um grande conjunto de erros. Esta empresa é a responsável pelas alterações ao PDM de Almeirim. PREOCUPANTE no mínimo. Recordo que, na Reunião de 20 de Outubro de 2008, Ponto 8 - Apreciação da proposta de delegação de competências para prestar esclarecimentos, no Júri de procedimentos; onde a proposta foi aprovada por maioria com 3 votos a favor do PS, 1 abstenção do PSD/PPD e 2 votos contra e de vencido, o da CDU e o meu que fiz a seguinte declaração de voto: Ora em relação a esta proposta de delegação de competências, nem pensar, então vamos deixar na mão dos membros do Júri, todo o processo? Os vereadores, representantes dos almeirinenses, iriam ficar de fora de todo o processo, limitando-se a votar sem ter qualquer conhecimento deste. Isso seria bom para, através das influências do seu Gabinete se poder continuar a decidir tudo. Não há confiança nem legitimidade para tentar fugir à acção fiscalizadora que compete aos vereadores e deixar o poder nas mãos de alguém, que nem se sabe quem, mas que por acaso até sabemos. Quero denunciar este facto como um golpe de mestre para

continuar a controlar e "escolher" sem critérios objectivos os concorrentes. Nestas circunstâncias, obviamente, voto contra e faço voto de vencido. Desta vez quero repetir a declaração de voto feito na altura."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia da mesma me entregou e que a seguir transcrevo: "Voto contra e faço voto de vencido esta proposta da maioria PS que visa retirar sempre mais meios de acompanhar e controlar os concursos públicos, aos Vereadores que não são do Partido Socialista. Zelar pela igualdade de oportunidades entre concorrentes, pela boa gestão dos dinheiros públicos, pela boa qualidade das propostas e o cumprimento dos Cadernos de Encargos, pela transparência democrática e combater o tráfico de influencia e tentativas de corrupção é um dever do meu estatuto de Autarca, foi um compromisso que assumi com a população do Concelho de Almeirim do qual nunca vou prescindir, mesmo em nome de uma maior celeridade dos processos. Daí o meu voto contra e voto de vencido."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " Voto contra e faço voto de vencido dado que há um antecedente nesta casa, que muitos dos concursos públicos têm que ser rectificandos e anulados. Face a este fundamento não posso de forma alguma concordar que o executivo municipal não possa acompanhar todo o processo concursal desde o seu início, fases intercalares e por fim a adjudicação à entidade vencedora. Aconselho ainda o Senhor Presidente da Câmara a afectar um jurista para efectuar o acompanhamento de todos os procedimentos concursais abertos ao abrigo do Decreto-Lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: " Votei a favor porque esta proposta pretende ultrapassar fases do concurso que só técnicos podem apreciar e trocar correspondência com os concorrentes possibilitando que o processo venha para adjudicação à reunião do executivo com todos os elementos que

permitam uma deliberação correcta. Com esta delegação de competências abreviamos os prazos a que a legislação nos abriga a um rigoroso cumprimento."-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.---

-----COMPRA DE TERRENO JUNTO AO TRIBUNAL- CONSULTAS PARA LEASING
- O Senhor Presidente apresentou o ofício da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim onde esta comunica à Autarquia que aceitou a proposta para compra do terreno no Largo Manuel Rodrigues Pisco, frente ao Tribunal em Almeirim.-----

----- A proposta apresentada pela Autarquia foi enviada à Santa Casa da Misericórdia de Almeirim a onze de Dezembro de dois mil e oito pelo nosso ofício número sete mil cento e treze, que a seguir transcrevo: "Em resposta ao ofício que fez o favor de nos enviar com a proposta de compra do terreno de duzentos e noventa e oito metros quadrados no Largo Manuel Rodrigues Pisco informamos V. Ex^a do seguinte: -----

----- A Câmara na sua reunião de dezassete de Novembro passado considerou de interesse mútuo a construção de uma creche, no entanto considera que esse interesse não pode ser razão para inflação do preço dos terrenos. Seria um abrir de precedentes muito perigosos para a Câmara e para particulares, agravado pelo momento que se atravessa. -----

-----Daí conclui-se que não é possível adquirir o terreno por mais de cento e cinquenta mil euros mas com a disposição de celebrar Contrato-Programa que ajude a construir a creche, no valor de cinquenta mil euros e a pagar à medida que for apresentado auto de medição da obra de construção daquele equipamento."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que não vem ao executivo uma proposta formalizada, nem um contrato programa.---

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que o PSD é favorável à aquisição deste terreno, contudo tem que ser

identificado o objecto. Volta a referir que deve existir uma acessoria directa. A proposta que se apresentou à Santa Casa da Misericórdia foi em conjunto com todo o Executivo. O Senhor Presidente deve de apresentar o contrato programa com todo o clausulado e as respectivas condições. O que estamos a deliberar é uma intenção de leasing que recai sobre um imóvel. Deve ser pedido ao Gabinete Jurídico uma minuta sobre a qual podem deliberar. Acrescentou o mesmo orador que o bem tem que ser devidamente identificado, com confrontações, número de matriz e de registo na Conservatória.-----

-----Posta à votação a apreciação da aceitação por parte da Santa Casa da Misericórdia para compra de terreno junto ao Tribunal, consultas para leasing foi a mesma aprovada com seis votos a favor, quatro da bancada do PS, um do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, outro do Senhor Vereador Francisco Maurício e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "O PSD vota a favor da aquisição deste terreno por meio de leasing imobiliário. Em todo o caso o PSD gostaria de ter visto a aquisição deste terreno num projecto mais global e que poderia melhorar rigorosamente alguns dos serviços prestados no concelho de Almeirim, refiro-me à construção de um hospital de retaguarda ou a construção de um centro de apoio a idosos na freguesia de Almeirim. A realização destes dois projectos poderia ter sido alcançada através de uma parceria público/privada que se encontra contemplada do ordenamento jurídico português."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me em coerência com a minha votação anterior, por considerar que a Câmara Municipal não pode adquirir terrenos para os quais não definiu nenhuma finalidade nem objectivo. -----

-----Em segundo lugar só me abstive e não votei contra porque a aquisição do terreno ficou condicionada a um contrato programa que comprometeria a avançar com a construção de uma creche.-----

-----Terceiro, abstenho-me ainda por discordar que a Câmara se venha a endividar sobre a forma de leasing para a compra de terrenos dos quais não sabe bem se necessita."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:"Voto a favor, conforme deliberação da Reunião de Câmara de dezassete de Novembro de dois mil e oito, onde foi deliberado apresentar, com a abstenção da CDU, à Misericórdia, uma proposta de aquisição do terreno situado em frente ao tribunal, no Largo Manuel Rodrigues Pisco, por cento e cinquenta mil euros e a assinatura de um contrato-programa no valor de cinquenta mil euros, a desenvolver com a construção da Creche na Cerca do Hospital.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade.--

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR A FUNCIONÁRIA - Foi distribuído a todos os membros do Executivo o relatório final, elaborado pelo Gabinete jurídico da Autarquia, relativo ao processo disciplinar instaurado a Ana Isabel Evangelista Policarpo, para decisão.----

-----Sob proposta dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos, o assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos, por se tratar de matéria com conteúdos pessoais, e por se tratar de uma reunião pública com a presença de imprensa, ficou deliberado por unanimidade tratar o assunto na próxima reunião.-----

-----BOLSAS DE ESTUDO - O Senhor Presidente apresentou a sua proposta de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove, que a seguir se transcreve: João Filipe de Almeida Xavier - duzentos e dez euros; Sara Patrícia Reis da Rosa - trezentos euros; Ana Rodrigues da Silva Correia - duzentos e dez euros; Luís Miguel Cardoso Maurício - cento e oitenta euros; Alana

Viana Buzzetti - trezentos euros; Valter José Duarte da Silva - trezentos euros; Samuel José Rodrigues Tomé - duzentos e quarenta euros; Maria Eduarda Novais da Silva Duarte - trezentos euros; Verónica Alexandra Rodrigues Cordeiro - duzentos e quarenta euros; Daniela Filipa Lopes Duarte - duzentos euros; Miguel Filipe Duarte - duzentos euros; Sérgio Basílio da Silva Roque - duzentos euros; Tânia Isabel Sampaio Lourenço - duzentos euros; Alunos só com propinas e passe anual para Santarém e propinas de novecentos euros - Ana Barbara Lourenço de Sousa, Ana Filomena Moreira Joaquim; Ana Inês Correia Nunes; Andreia Filipa Felix Sampaio; Andreia Isabel Amorim Mendes; João Miguel Roque Florêncio.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou quais os critérios adoptados para continuar a apoiar os alunos, e gostaria de saber se quando se faz o apuramento dos dados, quais os documentos exigidos para além da declaração de IRS e se pode haver acumulação de bolsas, ou seja se o aluno pode auferir uma bolsa na universidade e uma bolsa na Autarquia. -----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha respondeu que um dos documentos exigidos é a candidatura à bolsa nacional.-----

-----Então a Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou também porque é que estes alunos que usufruíam a bolsa máxima de Almeirim, viram recusados a bolsa nacional, e se nesse caso era averiguado o porquê da recusa à bolsa nacional.-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha prestou todos os esclarecimentos à Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Posto a votação a atribuição de bolsas de estudo para o ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:"Abstenho-me por não estar em condições de avaliar devidamente o ordenamento e a forma como foi feita a selecção e os requisitos para atribuição das bolsas."-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade.-

----APRECIAÇÃO DO PROJECTO-BASE DE ARQUITECTURA DA CASA DA CULTURA DE FAZENDAS - O processo encontrava-se para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores - O assunto aguarda apreciação por parte dos Senhores Vereadores, ou propostas que melhoram o projecto. Não existiu deliberação sobre o assunto.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----FUNDO DE MANEIO - Foi presente a informação do Chefe de Repartição da Contabilidade, Senhor Gilberto Xavier, propondo a renovação do fundo de maneiio para o ano de dois mil e nove, no valor de quinhentos euros mensais. Este fundo é constituído nos termos do número um do artigo setenta e seis, da Norma de Controlo Interno em vigor nesta Câmara Municipal e é destinado a despesas urgentes e inadiáveis. O executivo deliberou designar o Chefe de Repartição de Contabilidade Gilberto Xavier, como responsável pelo respectivo fundo.-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento das comunicações do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento das perguntas formuladas ao Governo, pelo Senhor Deputado Bernardino Soares , sobre a instalação do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo, e sobre a Proposta de Alteração ao PIDDAC, apresentada no âmbito do Orçamento de Estado para dois mil e nove.-----

-----GABINETE DA DEPUTADA LUÍSA MESQUITA - A Câmara tomou conhecimento da resposta do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, relativa às perguntas formuladas pela Senhora Deputada Luísa Mesquita, a primeira sobre a destruição de mais de seis mil sobreiros na Herdade dos Gagos situada no Concelho de Almeirim, e a segunda sobre um conjunto de propostas que apresentou em sede de Orçamento de Estado para dois mil e nove, todas correspondentes a

necessidades do concelho e da sua população, a construção do Tribunal Judicial de Almeirim, o IC três - Almeirim/Chamusca e a recuperação do Instituto da Vinha e do Vinho em Almeirim.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR "OS VERDES" - A Câmara tomou conhecimento do ofício do Grupo Parlamentar "Os Verdes", sobre o conjunto de aditamentos apresentados à proposta de PIDDAC para dois mil e nove, propondo a inclusão de projectos que consideram mais relevantes, tais como a Ampliação e Reformulação da Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas (ETAL) do Aterro da Raposa em Almeirim; Construção do IC-três entre Almeirim e Chamusca; Recuperação do Património Edificado do Instituto da Vinha e do Vinho, no Concelho de Almeirim e sobre o início das obras de construção de um novo edifício para instalar o Tribunal Judicial de Almeirim.-----

-----Às dezasseis horas e cinquenta minutos ausentou-se a Senhora Vereadora Joana Vidinha para tratamento médico.-----

-----DÉBITO AO TESOUREIRO - Foi presente a informação da Secção de Taxas e Licenças, comunicando que se encontra em dívida a quantia de dois mil setecentos e quarenta e um euros e onze cêntimos, respeitante à falta de pagamento de limpeza de colectores e ramais de ligação de saneamento. A Chefe de Secção, Ana da Luz Casquinho, solicita de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, deliberação do órgão executivo para posterior débito ao tesoureiro.-----

-----A Câmara deliberou mandar virtualizar a receita por débito à Tesouraria.-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Comité Português para a UNICEF, para a campanha de vacinação - cento e setenta euros - valor igual ao ano passado; Jardim Zoológico de

Lisboa - pagamento da quota anual quinhentos e setenta e cinco euros; Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo solicita participação da Autarquia para compra de uma viatura de distribuição de refeições no Apoio Domiciliário. -----

-----A Câmara deliberou perguntar qual o valor da viatura e se a Segurança Social participa com algum apoio para a compra da mesma.-----

-----COMPRA DE HABITAÇÃO - Foi presente o requerimento de Leonel Quintal Faria e de Maria Esperança Ricardo Faria, naturais de Angola e a residir habitualmente em Tring, Inglaterra e acidentalmente na Avenida Vinte e cinco de Abril, número treze, terceiro andar direito em Almeirim, acabaram de pagar a sua habitação, correspondente à fracção autónoma H terceiro andar direito, do prédio número treze da Avenida Vinte e cinco de Abril em Almeirim e requerem que a escritura seja celebrada com a sua filha Célia de Fátima Ricardo Faria e a seu favor, em virtude da referida habitação lhe ser dispensável e por ser essa a sua vontade, ao abrigo do Artigo segundo, número um do Decreto-Lei número cento e quarenta e um de oitenta e oito, de vinte e dois de Abril.-----

-----É acompanhado de informação da Chefe de Repartição, D. Graciete Romão, do seguinte teor: "O anexo requerimento de Leonel Quental Faria e mulher, Maria Esperança Ricardo Faria, respeitante à celebração da escritura de compra da sua habitação, na Avenida Vinte e Cinco Abril número treze, terceiro andar direito, em Almeirim, por sua filha Célia de Fátima Ricardo Faria, solteira, maior e atribuindo-lhe a titularidade do direito, depende de autorização do executivo enquanto entidade gestora do património transferido do IGAPHE.-----

-----O pedido está formulado de acordo com o invocado Decreto-Lei número cento e quarenta e um de oitenta e oito, de vinte e dois de Abril."-----

-----A Câmara deliberou aprovar por maioria o pedido, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----ACTAS - O Sr. Presidente submeteu à aprovação as Actas das reuniões abaixo indicadas, anteriormente distribuídas a todos os autarcas, que foram aprovadas como se indica:-----

-----Acta de dois de Dezembro de dois mil e oito, aprovada por unanimidade; -----

-----A acta de quinze de Dezembro de dois mil e oito, tem correcções, que serão introduzidas e voltará a ser redistribuída para aprovação ou não, na próxima reunião.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as Actas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do n.º. 1 do Artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----DIREITO DE SUPERFICIE - Foram presentes dois requerimentos de Susana Ferreira, Advogada, solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que pretende fazer da fracção autónoma, designada pela letra "E" correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio urbano sito na Avenida Vinte e Cinco de Abril, lote treze, número dez em Almeirim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o número 2727, inscrito na matriz sob o número 4866, e da fracção autónoma, designada pela letra "B", a que corresponde a cave do prédio urbano sito na Rua Augusto do Carmo Ribeiro, bloco dezassete, número quinze em Almeirim, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o número 2737, inscrito na matriz sob o número 4870.-----

-----A Câmara deliberou por maioria deferir as pretensões, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse: "Abstenho-me do exercício do direito de preferência dado que não foi identificado o nome do vendedor, sendo este um elemento essencial do negócio jurídico que deve constar do ofício a informar a venda do imóvel conforme preceituado no artigo duzentos e dezanove e duzentos e vinte do Código Civil. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha subscreveu a declaração do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Posteriormente, a Secção de Expediente e Arquivo, para resolver o assunto, contactou a Advogada, no sentido desta apresentar documentos legais que comprovem o nome do proprietário das fracções acima indicadas. Foram exibidos pela peticionária documentos autenticados que identificavam o imóvel como pertencente a Vítor Manuel de Oliveira Caeiro.-----

-----De referir que este procedimento teve por base o não deferimento tácito nos termos da lei, das petições. -----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e cinco minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

----Presidente da Câmara, _____ A Assistente Administrativa
